

# A gestão da educação pela perspectiva de Gramsci

Sarita Aparecida de Oliveira Fortunato

## RESUMO

Este artigo possui como categoria de análise a gestão da educação a partir dos Conselhos de Fábrica propostos por Antonio Gramsci. Tem como objetivo principal fornecer subsídios teórico-práticos ao debate sobre gestão da educação, conselhos escolares e gestão escolar como vias de luta político-pedagógica no âmbito da escola.



Durante sua trajetória política, Gramsci atribuiu grande importância à difusão e à organização da cultura como algo fundamental à formação de um processo hegemônico que fosse expressão dos interesses dos trabalhadores na sua luta pela superação do capitalismo e a consequente constituição de uma ordem social nova, a sociedade socialista<sup>1</sup>.

A vivência do cotidiano faz com que as situações particulares, as crenças, as imagens, os valores, as categorias, as interpretações dos acontecimentos históricos ou das relações de poder presentes na sociedade, e até a própria linguagem, se articulem e desenvolvam expressões que reúnam as vontades dispersas dos indivíduos e sirvam de base para sua comunica-

ção e práticas diárias. Neste sentido, Gramsci afirma que:

A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da História é a demonstração de que não existe uma "natureza humana" abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência); mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, isto é, um fato histórico comprovável, dentro de certos limites, através dos métodos da filologia e da crítica<sup>2</sup>.

Neste enfoque, a história mostra que tanto a situação de passividade das massas como a vontade coletiva que leva um grupo à ação, não são os resultados de uma simples somatória

de desejos e comportamentos individuais orientados por um determinado interesse, mas tem como pressuposto a existência de uma cultura coletiva<sup>3</sup>. O alicerce sobre o qual se constrói a ação organizada é constituído de valores, de idéias, de um conjunto de percepções, de práticas e vivências coletivas cuja inter-relação tece no dia a dia uma identidade e uma visão de mundo comum à maior parte dos indivíduos que compõem aquele agrupamento social.

Portanto, estudar de que forma a gestão da educação<sup>4</sup> está presente na escola por meio do trabalho desenvolvido pelos conselhos escolares, bem como construir uma compreensão de gestão escolar na perspectiva traçada por Gramsci, significa pene-

1. Antônio Tavares de Jesus, 2005

2. Antonio Gramsci, 1968, p.9

3. Emílio Gennari, 1997

4. Ver livro organizado por Naura S Carapeto Ferreira, 2006

## A ação desenvolvida pelos Conselhos de Fábrica se concretizava a partir dos próprios problemas vividos pelos operários numa visão comunitária para a resolução de problemas

trar num ambiente dinâmico onde a solidez das crenças populares é um elemento indispensável para a manutenção, o aprimoramento ou a superação de uma ordem social. Isto implica em delinear as características da escola, do trabalho humano, em desvendar os mecanismos de sua produção, reprodução e superação em evidenciar, entre eles, os que constituem a base sobre a qual irá ser construída a identidade da classe trabalhadora e sua capacidade de se tornar classe dirigente. Para tanto, utilizou-se da proposta dos *Conselhos de Fábrica* vivenciada e delineada por Gramsci nos seus escritos, onde destaca o trabalho dos Conselhos de Fábrica como uma característica inovadora, o qual evidencia a forma organizativa utilizada pelos trabalhadores.

Os Conselhos de Fábrica objetivavam desestruturar o modo de produção capitalista gerando novas relações sociais, políticas e culturais, considerando a ação dos trabalhadores na própria estrutura de trabalho. Esta ação visava gerar um homem novo, original; tinha intensa preocupação com a questão cultural e com a análise das relações internas de produção e os meios de alterá-los.

Este contexto reforça a importância do processo de formação da vontade coletiva com um determinado fim político, alia e inter-relaciona o trabalho produtivo, a política e a educação como principais elementos na construção de um processo de gestão que prioriza as ações de-

mocráticas no contexto das decisões coletivas.

Essa tarefa não é fácil, porém torna-se indispensável na busca de estudar a realidade não só para compreendê-la, mas, sobretudo, para transformá-la. Assim, faz-se necessário evidenciar as amplas lutas dos movimentos sociais em defesa da idéia de reforma da escola. Este é um elemento complexo, pois não é simples de ser equacionado tecnicamente, à base de ajustes orçamentários, reformulações técnicas ou mudanças administrativas, como se a intervenção num terreno tão vital e tão colado à realidade viva das massas pudesse ser experimentada sem política ou com uma política distante da democracia.

### A gestão da educação

O pressuposto da análise gramsciana sobre hegemonia e trabalho está na constatação de que "não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual"<sup>5</sup>.

Neste sentido, todo ser humano, na sua complexa subjetividade, é artista, possui gostos, é filósofo, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha de conduta moral e contribui com idéias e opiniões. Tudo isso leva a um caminho que direciona para manter ou para modificar uma visão de mundo, portanto promove novas maneiras de pensar.

Com base nos escritos de

Gramsci, todos os seres humanos mesmo não sendo filósofos profissionais e não desempenhando na sociedade a função de intelectuais, pensam a realidade que os rodeia e as relações que nelas se fazem presentes, pelo menos a partir dos limites e das características da "filosofia espontânea". A filosofia espontânea, que é o único instrumento teórico com o qual o povo simples interpreta o passado e o presente, orienta sua ação cotidiana e projeta seus anseios para o futuro, reúne de forma acrítica, desordenada e contraditória uma mistura de elementos que incorporam os mais variados aspectos das concepções de mundo, presentes e passadas, de todos os setores sociais.

Esses aspectos incluem desde as formas e expressões mais primitivas da vida em sociedade aos mais modernos princípios das ciências; dos preconceitos que foram se desenvolvendo ao nível local, até mesmo alguns traços dos grandes sistemas filosóficos passados e contemporâneos, mesclando assim, ao mesmo tempo, convites implícitos à resignação e à paciência com estímulos a tomar consciência de que os acontecimentos têm uma explicação racional.

Assim, se é verdade que podemos encontrar elementos característicos na concepção da vida e do ser humano de cada camada social, é também verdade que estes elementos não constituem um todo estático, imóvel, ao contrário, transfor-

5. Antônio Tavares de Jesus, 2005, p. 76

mam-se e enriquecem-se continuamente apropriando-se de aspectos das ciências e das opiniões filosóficas que penetram nos costumes da época. O resultado dessa apropriação é refletido diretamente na linguagem dos indivíduos ou dos agrupamentos humanos, e a partir dela é possível avaliar a maior ou menor complexidade de suas concepções de mundo.<sup>6</sup>

As concepções de mundo, por sua vez, nascem, consolidam-se e desenvolvem-se a partir do entrelaçar-se das relações nas quais os indivíduos, ou os agrupamentos humanos, já estão inseridos (é o caso, por exemplo, do ambiente familiar, do peso das tradições locais, da realidade política, econômica e cultural do lugar onde o indivíduo nasceu e na qual foi formado), e das que eles tecem e desenvolvem na sociedade.

Isto significa que toda concepção de mundo é ao mesmo tempo expressão das relações de produção dominantes num dado agrupamento humano e da ordem por elas estabelecida, de um determinado grau de reflexão pessoal e coletiva sobre a realidade por elas criada, e um dos fatores que a cada momento tende a consolidar, atualizar ou superar os limites dessa ordem. Ou seja, para Gramsci, “o ser humano deve ser concebido como bloco histórico de elementos puramente individuais e subjetivos e de elementos de massa objetivos ou materiais com os quais o indivíduo tece uma relação ativa”.

Portanto, o núcleo a partir do qual se formam e se desenvolvem as concepções de mundo é constituído pelas relações sociais de produção existentes na sociedade. Por sua vez, essas relações são os pilares de uma ordem que deve ser fortalecida,

transformada, ou simplesmente aprimorada por parte dos setores dominantes de uma sociedade. Para esta mesma ordem ganhar estabilidade, é fundamental que seus valores, categorias e representações organizem e orientem a vida cotidiana das massas populares, alimentem sua percepção dos processos e acontecimentos históricos, tornem-se senso comum, levem à elaboração de normas de conduta e à formação de uma vontade coletiva conformada e integrada a partir das necessidades dos próprios grupos dominantes.

Assim colocado, pode-se afirmar que a visão de mundo gestada e desenvolvida a partir desses elementos não impede

que indivíduos e agrupamentos humanos incorporem a ela seus afetos, paixões, interesses individuais e coletivos, anseios, sua leitura peculiar dos acontecimentos e das próprias relações presentes na sociedade.

Considerando que a visão de mundo é construída num movimento contraditório entre coerção imposta pelas necessidades de sobrevivência, e que estas, conseqüentemente, geram no homem sentimentos de impotência, medo, submissão ou até de dívida de gratidão, a busca de liberdade se faz constante, com o intuito primeiro de reafirmar a subjetividade dos indivíduos negada pela ordem dominante. Ainda assim, não se



6. Emílio Gennari, 1997, p.4



pode esquecer que esse conjunto de percepções e vivências particulares, apesar de ser a expressão da subjetividade dos indivíduos e gerar práticas de resistência, por si só, não leva à destruição da ordem vigente. A tendência é conformar-se a partir do momento em que são parcialmente superadas as razões que lhes deram origem.<sup>7</sup>

Contribuindo para uma melhor compreensão sobre o assunto, Schlesener<sup>8</sup>, ao abordar a questão da hegemonia na visão de Gramsci, afirma que:

*O exercício da hegemonia assume conotações diferentes a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções com base na organização do Estado e do papel mais ou menos coercitivo e intervencionista da sociedade política, e ainda do processo de conscientização política das classes dominadas; a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil.<sup>9</sup>*

Nesta concepção, a hegemonia é o exercício do poder por meio do equilíbrio entre a dominação e a coerção, considerando também o equilíbrio entre direção e consenso. E é com este "olhar" que Gramsci dá a devida importância à sociedade civil (escola, igreja, universidades, sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação, entre outros)



A educação, processo de formação do homem na sociedade capitalista, se faz na convivência social, ensinando e aprendendo, não só na escola, mas, sobretudo, na vida

para a construção de uma consciência crítica, levando a classe trabalhadora a formar um senso ativo a partir de um amplo debate.

Jesus<sup>10</sup> relata que Gramsci transpõe o conceito de hegemonia, como caráter político de liderança de um grupo a outro, baseado em Lênin. E analisa este conceito através da compreensão posta pelas relações de forças. Busca em Maquiavel um aprofundamento do conceito de hegemonia. Gramsci defende a moral de compromissos e não a de princípios. A moral de compromissos é aquela construída nas relações históricas, onde o homem age e ao mesmo tempo é responsável em responder suas

questões. Segundo a concepção gramsciana, em determinados momentos é preciso abstrair os acontecimentos de forma didática, mas sem perder de vista a forma dialética de explicar os fatos.

A luta por uma nova hegemonia é também a luta por uma nova forma de pensar. O modo homogêneo de pensar é aquele onde os indivíduos e as massas populares pensam o cotidiano e sua intervenção na sociedade nos limites traçados pelos valores, categorias e representações elaboradas pela concepção de mundo das classes dominantes. Romper com ele é um dos objetivos essenciais de luta pela formação de um *consenso ativo*<sup>11</sup> da classe

7. Emílio Gennari, 1997, p. 24

8. Anita Helena Schlesener, 2001

9. Idem, 2001, p. 19

10. Ibidem, 2005

11. Consenso ativo é criado a partir do debate efetivo das idéias e do convencimento coletivo em relação ao debate, discussão. Supera os limites da discussão parlamentar (aquela que já está decidida e não debatida).

12. Consenso passivo, segundo Gramsci (1991), é aquele que vem de cima para baixo, restando somente cumprir a ordem imposta.



trabalhadora, na medida em que a ação dessa classe e as particularidades de sua visão de mundo construam uma ameaça às bases de sustentação do sistema vigente, contrariando o *consenso passivo*<sup>12</sup>.

### Um olhar democrático voltado para gestão da educação

O alicerce teórico dos Conselhos de Fábrica, de acordo com a concepção gramsciana, se fundamenta na análise da realidade italiana, mas reflete também a experiência russa experimentada durante sua permanência em Moscou entre 1922 e 1923. Nesta época, reinava na Itália, um quadro sociopolítico onde a grande massa se encontrava sem disciplina, conseqüência provável da guerra. Sendo assim, Gramsci se posicionou priorizando soluções coletivas com perspectivas de unir e disciplinar um trabalho comum e solidário, pois acreditava que dessa maneira nasceria uma ação concreta de construção para a transformação.

Gramsci propõe a organização de equipes articuladas num todo, mas diferenciadas em vários grupos profissionais e nas várias qualificações técnicas existentes no interior de uma empresa fabril<sup>13</sup>. As Comissões Internas se converteriam em Conselhos de Fábrica. Defendia a idéia de que o partido socialista e os sindicatos profissionais demoram muito tempo para absorver toda a classe trabalhadora, e que a vida social dessa classe já está cheia de instituições. Portanto, é preciso desenvolver estas instituições e as atividades, organizando, em conjunto, um sistema

amplo e articulado que absorva e discipline toda a classe trabalhadora.

A partir das comissões internas, todos os elementos constitutivos dos Conselhos de Fábrica tinham função educativa, não somente para estabelecer a hegemonia, mas para adquirir um novo patamar como “os órgãos do poder proletário”, na construção de uma nova sociedade, na substituição do capitalista em todas as suas funções de direção e de administração.

No que se refere ao funcionamento dos Conselhos de Fábrica, as Comissões Internas escolhiam seus delegados tendo como critério os companheiros mais “conscientes”. Da fábrica, as organizações dos conselhos deveriam atingir toda a cidade, incluindo neste processo, a formação dos comitês de bairro, que se ampliavam formando os Comissariados Urbanos direcionados pelo Partido Socialista e pelas Federações Profissionais. Outro sistema organizacional idêntico àquele, funcionando no campo, integraria as duas categorias.

Para Jesus<sup>14</sup> a ação dos Conselhos de Fábrica estava comprometida com a construção da hegemonia proletária, pois ajudava a criar uma nova forma de cidadania, em uma dada realidade social. Deste modo, eles eram

instrumento de cultura, cujo interesse se mostrava estreitamente unido ao interesse político e profissional.

Já para Schlesener<sup>15</sup>, os conselhos organizavam-se em conformação específica que unia o ato da produção e o exercício da soberania, com a finalidade de desenvolver uma nova concepção de Estado. Portanto, os Conselhos de Fábricas, conforme textos gramscianos de 1920, visavam desestruturar o modo de produção capitalista e gerar novas relações sociais, políticas e culturais, tudo isto na atuação da própria estrutura do trabalho.

A ação desenvolvida pelos Conselhos de Fábrica se concretizava a partir dos próprios problemas vividos pelos operários numa visão comunitária para a resolução de problemas. Portanto, possibilitava aos trabalhadores compreenderem os limites da democracia burguesa, capacitando-os para conquistar o rompimento desses limites, instaurando as bases da nova democracia operária.

Sendo assim,

*Para Gramsci, entender-se como produtor significa passar por um processo gradual de compreensão das relações econômicas como um conjunto que se estendia desde a fábrica até os mecanismos internacionais da estru-*

A escola necessita contribuir para a concretização de uma unidade viva entre teoria e prática, elemento este que a escola burguesa não podia proporcionar aos trabalhadores

13. Carlos Nelson Coutinho, 1981

14. Antônio Tavares de Jesus, 2005, p.96

15. Anita Helena Schlesener, 2005

16. Idem, 2005, p. 41

tura capitalista de produção. Ao compreender o trabalho como unidade, como ato criador no contexto da fábrica, o operário podia “alcançar a compreensão de unidades sempre mais amplas” e complexas, até a “nação que é, no seu conjunto, um gigantesco aparelho de produção”, que mantém relações comerciais com outros aparelhos de produção no mundo.<sup>16</sup>

Nesta perspectiva confirma-se que a experiência dos conselhos foi fundamental para a elaboração posterior de uma concepção de partido político, e que seu movimento critica toda e qualquer forma de cristalização burocrática, na construção certa da gestão democrática em seu amplo entendimento para a formação humana.

### Para além dos muros da escola

A educação, processo de formação do homem na sociedade capitalista se faz na convivência social, ensinando e aprendendo, não só na escola, mas, sobretudo, na vida. Conforme o pensamento gramsciano, a educação é um processo contínuo e a escola uma via fundamental para a realização de uma educação humana que considere a

disciplina no agir, onde o indivíduo aprende na medida em que faz escolhas. E essas escolhas o modificam e modificam outras coisas.

De acordo com Schlesener<sup>17</sup>, o problema da escola era um dos problemas essenciais da sociedade italiana e precisava ser enfrentado com profundidade pelo Partido Socialista. Considerando os estudos de Gramsci, a autora declara que uma das medidas para a solução do problema da escola seria minimizar a participação do Estado na condução da política escolar, instaurando mecanismo do concurso para a admissão de funcionários administrativos, ou melhor, realizando uma reforma do sistema administrativo. “É importante salientar que não se tratava de estimular a iniciativa privada na educação, visto que Gramsci questionava as pretensões do clero de aproveitar a proposta de liberdade de ensino para ampliar seu domínio no campo do ensino escolar”<sup>18</sup>.

A escola, então, necessita contribuir para a concretização de uma unidade viva entre teoria e prática, elemento este que a escola burguesa, pela sua característica e função na sociedade capitalista, não podia proporcionar aos trabalhadores. No entanto, possui a responsabilidade

precípua de respeitar a individualidade do aluno no sentido de que ela (escola) é fruto de uma interação entre indivíduos e entre estes com a natureza. Neste contexto, se faz presente uma *relação orgânica*, produzida por interação e não por justaposição. Da mesma forma que a relação dos seres humanos com a natureza se dá pelo trabalho e pela técnica, o conhecimento industrial pode se fazer presente pelo conhecimento filosófico e pelo conhecimento científico, sendo a técnica a expressão desses conhecimentos.

No seu livro “Concepção Dialética da História”<sup>19</sup>, Antonio Gramsci traça uma diferença entre *individualidade* e *personalidade*. Onde esta se constrói pela consciência e pelo agir do homem a partir das circunstâncias, através da tomada de consciência das relações do que o limita ou o liberta. Assim, a ética em Gramsci diz respeito à compreensão da relação da formação do indivíduo no percurso da própria ética na política, ou seja, os princípios são postos a partir do envolvimento do sujeito no contexto social, num compromisso constante com a sociedade.

Então, neste contexto, se tem outra idéia de educação, entendendo que ela se faz no foco de duas leituras: da sociedade política e da sociedade civil. Para Gramsci essas leituras são um conjunto de dois espaços do Estado. No ponto de vista liberal, as sociedades política e civil são separadas, e para Gramsci não há essa divisão, pois ele fala que o Estado é o principal educador.

Sendo assim, de acordo com a visão gramsciana, no âmbito da sociedade política, a educação se faz pela coerção, e, no

Não há um modelo pronto e acabado que defina exatamente como a gestão deve funcionar. Contudo, há um órgão colegiado organizado para promover a democracia: o conselho

17. Ibidem, 2002

18. Ibidem, 2002, p.68

19. Antonio Gramsci, 1995, p. 39-50

âmbito da sociedade civil, se faz pela cultura (escolas, família, universidades, entre outros). Diante disso, Gramsci defende uma escola do trabalho e não uma escola burguesa. Afirmar que economia e política estão sempre relacionadas. A educação, portanto, tem que ter o vínculo com a prática e se fazer a partir da ação e da compreensão mais abrangente de mundo (processo histórico).

Dado este enfoque, faz-se necessário afirmar que, num processo de organização política (estrutura do Estado), o conhecimento é poder porque modifica e a hegemonia intelectual é a luta por uma nova ordem social. Possuindo assim, como núcleo de discussão, a análise das sociedades política e civil, onde a Escola se faz presente em ação e decisão para a formação humana.

Desta forma escola criativa não significa escola de inventores e descobridores, ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um programa predeterminado que obrigue a inovação e à originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, onde o professor exerce apenas a função de guia amigável, tal como ocorre ou deveria ocorrer na universidade.<sup>20</sup>

Ao incorporar as experiências e vivências cotidianas na escola e na educação em geral, é que o ser humano começa a romper com sua integração ativa ou passiva à ordem dominante. Seria essencial, então, perceber que somente transformando o mundo que o rodeia e as relações pre-



sentes, potencializará e desenvolverá sua própria individualidade. Em outras palavras, trata-se de fazer com que o indivíduo tome consciência de que a sua individualidade só pode se realizar na medida em que sua ação altera as relações com o mundo externo, alcançando, progressivamente, níveis cada vez mais amplos superando o estágio individual.

Neste contexto encontram-se os Conselhos Escolares que se articulam na escola, tendo como via norteadora a Gestão Democrática da Educação. Mas o que fazem ou deveriam fazer os Conselhos de Escolas? No caso brasileiro, a Constituição Federal apresenta no artigo 206 um conjunto de princípios que devem estruturar o ensino no país. Dentre outros aspectos, este artigo garante no inciso VI que o ensino público deve ser organizado pela “gestão democrática”.

Da mesma forma, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei 9394/96, também aponta no artigo 3º, inciso VIII, a gestão democrática do ensino público. Portanto, Gestão Democrática, num enfoque

legislativo, pode ser definida como “um processo político através do qual decisões são tomadas no dia-a-dia da escola, encaminhamentos são definidos, ações são executadas, acompanhadas, fiscalizadas e avaliadas de maneira coletiva, contando com todas as pessoas que participam da vida escolar”<sup>21</sup>.

Neste processo é de fundamental importância a presença de três elementos: a participação efetiva do maior número possível de pessoas de todos os segmentos da comunidade escolar; o respeito e a garantia de implementação da vontade da maioria e a garantia do pleno acesso às informações a todas as pessoas da Escola (professores, funcionários, alunos, familiares).

A Gestão Democrática, portanto, pode ser implementada de forma bastante variada. Não há um modelo pronto e acabado que defina exatamente como a gestão deve funcionar. Contudo, há um órgão colegiado organizado para promover a Democracia: o Conselho de Escola ou Conselho Escolar.<sup>22</sup> Assim, a interessante idéia de implantação dos Conselhos nas Escolas Públicas no

20. Antonio Gramsci, 1991 p. 154

21. UFPR, 2001

22. O Conselho de Escola discute, delibera, normatiza, aconselha e fiscaliza as ações da Escola, como também (re) constrói o regimento interno da escola; (re) elabora o projeto político-pedagógico em parceria com a comunidade escolar; acompanha as ações pedagógicas e administrativas; define e fiscaliza o plano de aplicação financeira; constitui comissões especiais para estudos e aprofundamentos; entre outros. (UFPR, 2001)



Brasil está bastante ligada ao princípio da participação da sociedade na definição dos rumos da escola.

Muitos dos atuais estudos sobre as propostas acerca dos Conselhos de Escola recuperam a teoria de Antonio Gramsci sobre os *Conselhos de Fábrica*, nos quais os próprios trabalhadores definiram o rumo da fábrica e de sua produção, como já foi abordado neste texto.

O que cabe à Escola é propor, como objetivo precípuo, o trabalho coletivo para as pessoas que participam de sua estrutura e fazem escola de fato no seu cotidiano; que venham definir as principais questões e dar direção para a instituição, tendo como ponto de partida a gestão escolar e, como ponto de chegada, a ação dos Conselhos Escolares como elementos norteadores para a efetivação da democracia para além dos muros da escola. A partir do expos-

to, acredita-se que a escola pode se tornar um dos pólos de geração de novas experiências de trabalho coletivo e de participação efetiva da comunidade escolar no processo de planejamento, decisão e realização de mudanças, a fim de transformar a escola em espaço de conhecimento e tomada de consciência crítica.

### Para "impulsionar" a continuidade da discussão

Tendo em conta as diferenças históricas, a teoria gramsciana é um referencial importante para retomar a perspectiva de um novo projeto social e político que concretize uma ampla democracia. Nos seus escritos Gramsci sempre retorna à *organicidade*, a qual é interpretada como movimento, relação dinâmico-crítica, com a participação efetiva das massas. Neste contexto, a escola é vista como a via

para a formação do processo de pensar, mas um pensar crítico que, conseqüentemente, pode proporcionar uma formação crítica e humanitária.

Ao afirmar que a cultura e a escola, na realidade italiana, são privilégios para poucos, e ao propor a mudança desse quadro urgentemente, Gramsci abre a possibilidade de pensar uma nova escola, apropriada ao projeto revolucionário proposto a partir dos Conselhos de Fábrica, e reforça a escola de qualidade para todos. Diz Gramsci:

*Todos os jovens deveriam receber iguais oportunidades em relação à cultura, e o Estado não deve pagar com o dinheiro de todos a escola para os mediócras, filhos dos abastados, enquanto exclui os inteligentes e capazes, filhos dos proletários.*<sup>23</sup>

A recepção das idéias de Gramsci consolidou-se de fato, de acordo com Secco<sup>24</sup>, na conjuntura que se abriu nos meados



O que cabe à Escola é propor, como objetivo precípuo, o trabalho coletivo para as pessoas que participam de sua estrutura e fazem escola de fato no seu cotidiano

23. Antonio Gramsci, 1995

24. Lincoln Secco (2002)

dos anos sessenta, quando os primeiros livros do autor foram editados. No Brasil, aproximadamente desde 1975, houve grande procura pelas obras de Gramsci e ele se tornou referência na historiografia, pedagogia, religião, jornalismo, estudos literários, etc. Mas, em 1965 a Editora Civilização Brasileira havia lançado o primeiro volume dos Cadernos do Cárcere. A tradução foi feita por Carlos Nelson Coutinho com base no original italiano *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*, da Editora Einaudi.

Antonio Gramsci, sem dúvida, é hoje um clássico não só do

marxismo, mas do pensamento político, pois revelou através de sua luta política um projeto de sociedade baseado na filosofia da práxis humana, contribuindo com sua crítica real à filosofia e visão de mundo burgueses. Também, deixou marcadamente forte a vontade (social) de consolidar a hegemonia de uma nova ordem social, na qual já vinha sendo construído um novo homem coletivo capaz de gerir a sociedade em todos os seus aspectos e de intervir diretamente nela com todo a sua força política.

Gramsci disse não à lógica do lucro, da competição, da obsessão pela posse e pelo consu-

mo, elementos esses próprios do individualismo burguês. Disse sim à solidariedade, ao atendimento às necessidades de todos e priorizou a escola e a educação popular como via de conhecimento significativo, útil à sociedade e à formação humana em geral.

A proposta de gestão delineada aqui é a introdução de uma reflexão embrionária, ainda em processo, a qual se pretende resultar em práticas organizacionais nos conselhos escolares, no sentido de revitalizar o cotidiano da escola e instaurar novas relações políticas entre escola e comunidade.



#### **Sarita Aparecida de Oliveira Fortunato**

é pedagoga da Rede Municipal de Educação de Curitiba, Especialista em "Organização do Trabalho Pedagógico", pela UFPR, e Mestre em Educação na Linha de Pesquisa "Políticas Públicas e Gestão da Educação", pela UTP.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96. Brasília, 1996.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- FERREIRA, N. S. C. *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. (Org.) 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GENNARI, E. *Senso comum e bom senso na construção do poder dos trabalhadores*. NEP: Núcleo de Educação Popular. São Paulo, 1997.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRAMSCI, A. *Caderno 12 – Documento Especial* in *Historia & Perspectivas* nº 5. Uberlândia – U.F. Uberlândia, 1991.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1968.
- JESUS, A. T. de. *O pensamento e a prática escolar de Gramsci*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SCHLESNER, A. H. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2001.
- SCHLESNER, A. H. A. *Revolução e cultura em Gramsci*. Curitiba: UFPR, 2002.
- SCHLESNER, A. H. *Antonio Gramsci e a Política Italiana: pensamento, polêmicas, interpretação*. Curitiba: UTP, 2005.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo: Cortez, 2002. 119p.
- UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Conselho de Escola: construindo a democracia*. Projeto de Extensão Universitária: "A Formação do Conselheiro de Escola: Construindo a Democracia". UFPR, SISMMAC & SISMMAR. Curitiba, 2001.